



**XII Colóquio Ibérico  
de Geografia**

Sónia Azevedo Oliveira  
Escola Secundária de Ermesinde  
[sonia\\_oliveira@kanguru.pt](mailto:sonia_oliveira@kanguru.pt)

Isabel Barca Oliveira  
Universidade do Minho  
[isabar@iep.uminho.pt](mailto:isabar@iep.uminho.pt)

Manuela Malheiro Dias Ferreira  
Universidade Aberta  
[manuelamalheirof@gmail.com](mailto:manuelamalheirof@gmail.com)

## **A Comunidade Piscatória de Vila Chã (Vila do Conde) - Cultura e Desenvolvimento**

### **Paisagens, Património e Desenvolvimento**

#### **1. Introdução**

Nesta comunicação apresentam-se os principais resultados de uma investigação realizada na freguesia de Vila Chã, situada no Concelho de Vila do Conde, Distrito do Porto. A comunidade piscatória desta localidade constituiu o objecto de estudo, comunidade que conta actualmente cerca de vinte pescadores que exercem a sua actividade em dez embarcações. Trata-se de uma comunidade piscatória tradicional onde se tem vindo a verificar a redução em número dos seus elementos devido a várias causas, entre elas, o fraco rendimento actual da sua actividade económica principal - a pesca.

O estudo abrangeu a evolução histórica da comunidade a nível demográfico, cultural, social e económico, ao longo das últimas décadas, tendo sido dado realce à evolução da actividade pesqueira. Deste modo, será descrito o tipo de pesca a que os elementos da comunidade piscatória se dedicam, assim como os meios de produção de que são proprietários e que utilizam na sua faina no mar - as embarcações e as "artes da pesca" e a evolução das mesmas devido a restrições impostas à pesca tradicional e a pequenos avanços tecnológicos.

Será ainda posto em evidência que após a entrada de Portugal na União Europeia, a pesca tradicional entrou numa grave crise no nosso país. No caso de Vila Chã esta crise, em parte explica-se pelo facto da comunidade piscatória de Vila Chã ser composta por pessoal activo com idades avançadas que exerce a sua actividade em embarcações de pequena dimensão e tecnologicamente pouco evoluídas, o que constituiu um entrave ao desenvolvimento da actividade pesqueira, aliada à concorrência de outras actividades económicas que têm vindo a registar uma crescente importância, nomeadamente a actividade balnear que implica na época de veraneio restrições em espaço e em tempo ao exercício da actividade piscatória tradicional.

Analizou-se a evolução demográfica desta comunidade ao longo do século XX e na primeira década do século XXI. Estudaram-se também aspectos da cultura da comunidade piscatória, nomeadamente aspectos ligados ao género e à idade, assim como as manifestações culturais e religiosas que traduzem o sentir de gentes voltadas para o mar, manifestações que lhes confere uma identidade própria e que os diferencia culturalmente da restante população de Vila Chã que se dedica a outras actividades.

## 2. Breve evolução histórica

As origens do povoamento da freguesia de Vila Chã não são conhecidas. A primeira referência histórica deste povoamento e a precisa localização da freguesia data de 1033. O documento que lhe faz referência consta da “Diplomata et Chartae” da colectânea *Portugaliae Monumenta Histórica*. Este documento é uma carta de doação de *Villas* situadas no litoral do território portugalense: “*prope litore maris teritorio portugalemse*”, por parte de Dona Vistrégia Galindes a favor de Gutierre Trutesindes e sua esposa Dona Ermentro, senhores da *Villa de Varzim*, destas vilas entre os rios Ave e Cávado. A localização de *Villa Plana* é clara e delimita-a entre Mirante, Moreiró e Modivas – “vila denominada Vila Plana, que fica entre Mirazi (Mirante) e Moreirola (Moreiró, Labruge) e do outro lado Mola de Olibas (Modivas), debaixo do monte do Castro do Boi (lugar de Castro, Vairão), território próximo de Lavra e perto do mar.”

Outros documentos mencionam a existência da *Villa Plana*, sendo relevantes as *Inquirições* de 1258 (publicadas na colectânea *Portugaliae Monumenta Historica*.) Estas *Inquirições* de 1258 foram ordenadas pelo Rei D. Afonso III. Neste documento a paróquia de Vila Chã das Terras da Maia está dividida em duas vilas – a *Villa Plana* e a *Villa Miranci* – que partilhavam a mesma igreja, cujo padroeiro era S. Mamede. A *Villa Plana* possuía vinte e um casais. A *Villa Miranci* possuía dezoito casais.

A primeira referência a Vila Chã reporta-se a uma doação, no ano de 1388, realizada pela abadessa Violante Henriquez a favor de Lourenço Martins de Avelai e sua esposa Inês Afonso, sendo este escuteiro e morador em *Vila Chã*, inscrito no cartório do Mosteiro de Vairão. Por esta altura é provável que a população da *Villa Miranci* já se tivesse juntado a *Villa Plana*.

Outras menções relativas a Vila Chã vão surgindo ao longo dos tempos. Assim, no ano de 1611 encontra-se inscrito no cartório do Mosteiro de Moreira da Maia, actualmente na Torre do Tombo, um auto de demarcação dos limites da freguesia com Mindelo. Novamente, em 1612, procedeu-se à demarcação dos limites com as vizinhas freguesias de Modivas e Labruge. Ao longo dos tempos registam-se várias alusões a Vila Chã, como, é o caso do Foral da Maia de 1519, atribuído pelo Rei D. Manuel, e as Memórias Paroquiais de 1758.

Na freguesia de Vila Chã, a norte da praia e do núcleo piscatório, situa-se o Lugar do Facho, toponímia esta, que perpetua a recordação da presença de um facho, atalaia ou vela, que se situava no cimo de uma colina, onde hoje se localiza o farol. Este facho servia como sinal para quem navegasse ao largo de Vila Chã, como forma de alertar a aproximação de um barco inimigo ou para quem quisesse entrar ou sair para o pequeno porto da praia dos pescadores. O código utilizado baseava-se em acender e conservar fogueiras – uma, duas ou três, consoante as condições climáticas – pelos pescadores que ficavam em terras e por familiares dos que foram ao mar. Quando existe uma só fogueira na praia que se conserva acesa a noite inteira, esta informa os pescadores da direcção que devem seguir para entrar no porto com segurança; quando existem duas fogueiras é necessário os pescadores dirigirem-se para terra com urgência, pois avizinha-se um temporal; quando os pescadores descobrem do mar três fogueiras acesas é sinal que a barra está fechada e que têm que se fazer ao largo até que amanheça. A sua função também residia na comunicação entre outros fachos localizados ao longo da costa através de sinais de fumo ou de fogo, consoante fosse dia ou noite. Outros fachos existiram no concelho de Vila do Conde e que com este faziam comunicação, situando-se eles no vizinho lugar de Moreiró, na freguesia de Labruge, no monte de Azurara, em Mindelo, no monte de Santo Ovídio (Castro), em Vairão, e um outro, mais no interior, no monte de Santa Eufémia (na fronteira dos actuais concelhos de Vila do Conde e Trofa). A existência destes fachos era uma constante em quase todas as povoações do litoral, como forma de passagem de informação dos fachos mais próximos aos mais distantes.

Em Vila Chã este facho foi substituído por faróis, um situado na praia e o outro localiza-se no local do antigo facho. Cada um destes pequenos faróis possui uma luz de cor diferente, um

vermelho e outro branca, que, quando alinhadas, revelam aos pescadores que se encontram no mar a posição correcta com que podem entrar na barra sem sofrer qualquer contratempo.

Sendo Vila Chã uma freguesia situada junto ao mar, encarava, por isso, muitas vulnerabilidades no que diz respeito à segurança, pois encontrava-se mais propícia à ocorrência de incidentes com barcos estrangeiros e mesmo como canal de entrada de inimigos e corsários. Desta forma e num momento em que Portugal ambicionava manter a neutralidade, uma vez que, depois da Campanha do Rossilhão, que decorreu de 1792 a 1795, a Espanha se aliou à França contra a Inglaterra, a costa portuguesa viu-se constantemente invadida por navios estrangeiros que planeavam atacar de surpresa. Uma das formas encontradas para assegurar a neutralidade era fiscalizar e observar todos os movimentos que se registavam no mar. Para tal, em Agosto de 1796, D. João VI ordenou ao General Correia de Sá a construção de um forte nesta freguesia, mais precisamente junto ao penedo da Aguilhada, chegado a um ribeiro, de forma a evitar os incidentes com os barcos estrangeiros e garantir a neutralidade do país. A sua construção, de carácter provisório, foi realizada por cima da areia. A bateria coberta por lajes de pedra, situava-se num ponto mais elevado servida por uma rampa em pedra, e a sua configuração era semicircular. Era servido por cinco aberturas para canhões e mais umas quantas bocas-de-fogo revestidas a pedra. Este forte tinha, também, uma casa que servia de paiol e de quartel. Todo ele era cercado por estacaria e do lado do mar por pranchas de madeira. Este forte, depois das Guerras Peninsulares (1807-1814), ficou votado ao quase abandono, mas, contudo, permaneceu artilhado. De 1823 a 1826 conservava ainda dois canhões de bronze, mas em 1831 só existia um, desconhecendo-se o sucedido à outra peça.

Este forte foi também utilizado durante a ocupação miguelista, aquando das Guerras Liberais, que ocorreram entre 1828 e 1834, que opuseram D. Miguel e D. Pedro. Após a ocupação por parte dos soldados miguelistas e findadas as guerras entre os dois irmãos, o forte ficou votado ao mais completo abandono, tendo sido completamente saqueado. Alguma da pedra empregue na construção do forte foi pilhada por populares para a construção de muros de vedação e de casas, sendo outra parte da pedra, possivelmente, utilizada na construção do muro do cemitério derrubado no temporal da noite de 30 de Novembro de 1876.

No local onde se situava este forte, actualmente não resta qualquer vestígio da sua existência. É curioso e não se pode deixar de realçar que, apesar de não existir qualquer vestígio físico deste forte, ele está na memória de todos os vilaplanenses, e encontra-se perpetuado na letra de uma canção que faz parte do reportório do Grupo Folclórico dos Pescadores de Vila Chã

O crescimento de Vila Chã efectuou-se do interior da freguesia em direcção ao litoral. Era no interior que se localizavam as casas agrícolas detentoras de quase todo o território que compunha a povoação. Estes agricultores não se dedicavam exclusivamente ao trabalho agrícola, uma vez que possuíam pequenos barcos com os quais praticavam a pesca não muito longe da costa, mas era sobretudo a apanha do sargaço (conjunto de algas marinhas que crescem nas rochas à beira-mar) e do pilado (pequeno caranguejo que se desloca em grupo e muito mais rico em componentes minerais que as algas) que lhes ocupava o tempo dedicado à faina no mar. O sargaço e o pilado eram utilizados como fertilizantes naturais da terra, uma vez que eram ricos em azoto, cal, potássio e fósforo, o que contribuía para melhorar os rendimentos adquiridos na agricultura. Normalmente as casas agrícolas possuíam casas do mar, pois as residências ficavam longe do mar, onde eram guardados os apetrechos da pesca, o barco e o sargaço depois de seco.

Até meados do século XIX, o sistema de heranças favorecia um único herdeiro, normalmente o filho varão mais velho, o que se reflectia na não divisão da propriedade. Os filhos mais novos ficavam sem nenhuma percentagem da terra e ou ficavam dependentes do irmão herdeiro trabalhando para ele, ou então misturavam-se com a classe mais pobre que dependiam de outros ofícios que não a agricultura.

Segundo Sally Cole (1994:30), “As primeiras famílias de pescadores de Vila Chã foram estabelecidas por filhos e filhas de lavradores que tinham recebido como herança ou dote uma pequena parcela de terra onde podiam construir uma casa, ou que se tinham simplesmente apoderado de um pedaço de terra desocupado e aí construído a sua casa”. A única parcela de terra que, nesta altura, não pertenciam a nenhum senhor, mas sim ao Estado, eram os lugares da Praia e do Facho. Estes lugares foram apropriados ilegalmente por famílias de pescadores que aí construíram espécies de cabanas em madeira onde guardavam os seus utensílios da pesca e onde, na maioria das vezes, residiam em condições muito precárias. Esta habitação, que adquire vários nomes (como palheiro), vai servindo para vários fins, numa confusão que ainda hoje perdura (habitação, armazém, etc.). Foram os agricultores-sargaceiros os principais responsáveis pela criação das raízes da comunidade junto do litoral, nas formas precárias antes mencionadas. Esta gente criou uma cultura muito própria, intensificando a formação de uma cultura onde os elementos marinhos se vão acentuando cada vez mais.

Com o decorrer dos anos, e no último quartel do século XIX, depois da ocupação do lugar do Facho por pescadores, verificou-se uma disponibilidade de mão-de-obra feminina que, além da ajuda nas lides do mar, se lançou na apanha do sargaço. Desta forma, os agricultores começaram a abandonar a actividade marítima dedicando-se exclusivamente às tarefas de cultivo da terra, uma vez que dispunham de grande quantidade de sargaço para fertilizante a um custo muito baixo, obtendo maiores rendimentos nas plantações e na criação de gado. Estes lavradores, nos inícios do século XX, começaram a vender as suas casas do mar existentes na Praia a pescadores.

A primeira menção oficial relativa à pesca em Vila Chã reporta-se ao *Inquérito Industrial e Comercial: a Pesca*, de 1890, estudo este que se refere a mais de trinta portos e praias a norte do Rio Douro até ao Rio Minho (Cole, 1994). Este inquérito menciona as espécies de peixe capturado à linha ou à rede – especialmente a sardinha, a faneca e o congro – e, também, a apanha do sargaço e do pilado utilizados como adubo natural. Neste estudo são citados o número de pessoas empregues na pesca, homens e mulheres, tanto pescadores como lavradores, sendo para estes últimos a pesca uma actividade paralela à agricultura. Existe referência à forma como o mercado se processa, ou seja, que o mercado é interno à própria freguesia e que a forma de pagamento mais utilizada era a troca directa. Quando havia excedentes de peixe as mulheres, muitas vezes acompanhadas pelas filhas ainda crianças ou moças, dirigiam-se às freguesias vizinhas do interior para o vender. Até à década de 40 do século XX, a pesca em Vila Chã manteve quase inalteradas todas as suas características. Foi nesta década que o pilado começou a escassear nesta costa, o que originou o abandono completo dos lavradores das lides do mar, abandono este reforçado com a introdução de adubos químicos, o que lhes permitia maior rendimento agrícola.

A actual freguesia de Vila Chã pertence ao concelho de Vila do Conde desde 6 de Novembro de 1836, aquando da nova Divisão Administrativa do país. Até esta data fazia parte das Terras da Maia, sendo conhecida como Vila Chã da Maia. A freguesia é constituída por treze lugares, sendo eles: Casais, Cimo de Vila, Facho, Figueiras, Fundo de Vila, Lavandeira, Outeiro, Padrão, Praia, Poça, Rio da Gandra, Rio da Igreja e Vila Chã.

### 3. Enquadramento geográfico

A freguesia de Vila Chã insere-se no perímetro concelhio de Vila do Conde, junto à faixa costeira. O concelho de Vila do Conde ocupa uma área de 149.3 km<sup>2</sup> – 18% do total da superfície da Grande Área Metropolitana do Porto (GAMP) e agrega 30 freguesias, sendo atravessado pelo Rio Ave. Os concelhos limítrofes, todos eles pertencentes à GAMP são, a Norte – Póvoa de Varzim; a Nordeste – Vila Nova de Famalicão; a Este – Trofa; a Sudeste – Maia e, a Sul pelo concelho de Matosinhos.

### 3.1. População

No que diz respeito ao crescimento populacional da Área Metropolitana do Porto (AMP), do concelho de Vila do Conde e da freguesia de Vila Chã, nos Recenseamentos Gerais da População de 1981, 1991 e de 2001, pode-se afirmar que a sua evolução foi positiva nas três unidades territoriais, como se pode verificar no seguinte quadro:

**Quadro 1 – Número de habitantes**

| Censos      | Área Metropolitana do Porto | Concelho de Vila do Conde | Freguesia de Vila Chã |
|-------------|-----------------------------|---------------------------|-----------------------|
| <b>1981</b> | 1 117 920                   | 64 402                    | 2 886                 |
| <b>1991</b> | 1 167 800                   | 64 836                    | 3 021                 |
| <b>2001</b> | 1 260 680                   | 74 391                    | 2 957                 |

Fonte: INE – *Recenseamentos Gerais da População*, 1981, 1991, 2001

Vila Chã compreende uma área de cerca de 10,5 km quadrados de terrenos cultivados, pinhais e eucaliptais que se prolongam para Este, galgando as vertentes de declive pouco acentuado à medida que nos distanciamos da costa. Esta freguesia ocupa uma faixa costeira delimitada a Norte pela freguesia de Mindelo, a Sul pela freguesia de Labruge e a Este pela freguesia de Modivas e uma ligeira faixa de Fajozes.

A sua posição geográfica favorável auto-promove o turismo “caseiro” que se verifica nesta localidade situada a poucos quilómetros a Sul da cidade de Vila do Conde, sede do concelho, e a Norte da cidade do Porto, sede do distrito. Vila Chã oferece acessos facilitados a todos aqueles que a visitam. A auto-estrada A28 e a Estrada Nacional nº 13 localizam-se a uma distância de cerca de 6 quilómetros, a Este da freguesia, oferecendo uma carreira regular de autocarros de passageiros, ligando as cidades do Porto e de Viana do Castelo. A linha do “Metro do Porto”, situada a uma distância de cerca de 5 quilómetros da freguesia de Vila Chã, também constitui um bom meio de transporte que liga as cidades de Póvoa de Varzim e de Vila Nova de Gaia, passando pela cidade do Porto. A linha do metro também faculta a ligação até ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro, ponto de chegada de alguns turistas estrangeiros que alugam casa em Vila Chã para desfrutarem de umas férias.

A população da freguesia de Vila Chã era, de acordo com os Censos de 2001, de 2957 habitantes e 906 famílias, distribuídas por 1141 edifícios, sendo de referir que, em relação aos Censos de 1991 verifica-se um exíguo decréscimo demográfico de 64 habitantes. O Quadro 2 apresenta a variação da população residente em Vila Chã entre 1991 e 2001, por grupos etários.

**Quadro 2 – População residente em Vila Chã nos anos de 1991 e 2001, segundo os grupos etários**

| 1991  |                |       |       |         | 2001  |                |       |       |         |
|-------|----------------|-------|-------|---------|-------|----------------|-------|-------|---------|
| Total | Grupos Etários |       |       |         | Total | Grupos Etários |       |       |         |
|       | 0-14           | 15-24 | 25-64 | 65 ou + |       | 0-14           | 15-24 | 25-64 | 65 ou + |
| 3021  | 704            | 564   | 1497  | 256     | 2957  | 560            | 435   | 1640  | 322     |

Fonte: INE – *Recenseamentos Gerais da População*, 1991, 2001.

Assim, o número de habitantes da freguesia de Vila Chã também reflecte o envelhecimento geral da população característico do país. Deste modo, verifica-se que o grupo etário que mais evoluiu entre 1991 e 2001 foi o que representa a população com 65 ou mais anos, aumentando o seu número em 66 elementos. Por oposição, no grupo etário dos 0 aos 14

anos assistiu-se a uma redução de 144 pessoas. O grupo etário dos 25 aos 64 anos foi o que mais aumentou, 143 habitantes, o que poderá ser explicado pelo desenvolvimento de actividades ligadas ao comércio e à restauração, como cafés e restaurantes, que fomentou a permanência de habitantes na freguesia (Quadro 3).

**Quadro 3 – População residente em Vila Chã, empregada segundo o ramo de actividade, em 1991 e 2001**

| Censos | População empregada por CAE |         |           |           |                                         |
|--------|-----------------------------|---------|-----------|-----------|-----------------------------------------|
|        | Total                       | CAE - 0 | CAE 1 - 4 | CAE 5 - 9 |                                         |
|        |                             |         |           | Total     | Relacionados com a actividade económica |
| 1991   | 1458                        | 98      | 994       | 464       | 268                                     |
| 2001   | 1346                        | 72      | 767       | 507       | 357                                     |

Fonte: INE – *Recenseamentos Gerais da População*, 1991, 2001.

Desta forma, e de acordo com o quadro anterior, pode-se verificar que a população empregada, entre 1991 e 2001, diminuiu de 112 pessoas, facto este que poderá estar ligado à diminuição do número de habitantes na freguesia de Vila Chã nesta década. No que concerne ao CAE 5-9 - Comércio e Serviços, mais concretamente relacionados com a actividade económica e que compreende os ramos 50 a 74 da CAE (comércio, alojamento e restauração, transportes, armazenagem e comunicações, actividades financeiras e actividades imobiliárias) abarca 357 habitantes de um total de 507 inseridos neste CAE. Ao comparar os dois períodos censitários, verificou-se um aumento de 43 pessoas neste CAE, o que poderá ser justificado com a crescente consciencialização por parte da população para a importância da escolaridade, e pelo facto desta poder ajudar a transpor obstáculos no que diz respeito à obtenção de empregos mais “limpos” e socialmente reconhecidos. O CAE 1-4, que reúne as actividades ligadas à Indústria, Electricidade, Gás, Água e Construção, emprega 767 pessoas, sendo este o tipo de actividade económica o que ocupa mais a população. De salientar a redução de 227 trabalhadores neste CAE, no período considerado. No que diz respeito ao CAE 0, que engloba a Agricultura, a Produção Animal, a Caça, a Silvicultura e a Pesca, este emprega somente 72 habitantes, menos 26 trabalhadores que em 1991, o que poderá traduzir a crescente falta de atractividade destas actividades. Assim, a maioria da população tende a procurar empregos onde a remuneração seja mais elevada e onde o esforço físico seja menor que aquele que é necessário para executar as tarefas ligadas a este CAE. Para além destes aspectos, o sector das pescas apresenta uma característica muito própria que poderá ser um entrave adicional ao seu desenvolvimento e atractividade, a segurança profissional. Não é só o risco de vida elevado, face às condições atmosféricas e as condições do mar, mas também a sazonalidade, quer da “matéria-prima”, quer das condições climáticas.

Desta forma, na freguesia de Vila Chã, e em conformidade com o resto do país, verifica-se uma crescente terciarização da mão-de-obra em detrimento da mão-de-obra ocupada pelas actividades primárias, que vão perdendo peso na economia de Portugal.

Este fenómeno parece, contudo, não ser acompanhado por uma franca taxa de crescimento da escolaridade

**Quadro 4 – Escolaridade atingida pela população residente em Vila Chã (2001) e a Taxa de Analfabetismo (1991-2001)**

| Nível de Ensino |        |          |          |          |            |       |          |                         |      |
|-----------------|--------|----------|----------|----------|------------|-------|----------|-------------------------|------|
| Total           | Nenhum | 1º ciclo | 2º ciclo | 3º ciclo | Secundário | Médio | Superior | Taxa de analfabetismo % |      |
| 2957            | 360    | 1225     | 512      | 338      | 288        | 14    | 220      | 1991                    | 2001 |
|                 |        |          |          |          |            |       |          | 6,1                     | 5,8  |

Fonte: INE – *Recenseamentos Gerais da População*, 1991, 2001.

De acordo com o exposto, e ao analisar o quadro 4, conclui-se que a população de Vila Chã não apresenta um bom nível de escolarização. Somando o número de indivíduos que não atingiram qualquer nível de ensino com o número de pessoas detentoras do 1º ciclo do ensino básico, temos 53,6%, ou seja, mais de metade da população residente. Contudo, é evidente um decrescimento, ainda que ligeiro, da Taxa de Analfabetismo. Por outro lado, o número de habitantes que apresenta uma escolaridade igual ou superior ao nível secundário poderá indiciar e justificar uma procura crescente por outros sectores de actividade que não a pesca tradicional.

### 3.2. Actividades Económicas

Ao percorrer a freguesia de Vila Chã deparamo-nos com uma mescla de actividades económicas, não sendo evidente uma separação espacial entre elas. O sector primário é regulado pelas condições geográficas que condiciona o ordenamento espacial. Apesar de poder ser passível de se promover algum planeamento da área agrícola, esse é sempre condicionado por questões mais complexas, como por exemplo, as resistências ao emparcelamento. Se é normal o comércio e serviços assumirem uma dispersão geográfica para ocorrer às populações dispersas, que são uma característica em Portugal, já na indústria, sector secundário, essa situação já é cada vez menos corrente. Em Vila Chã não existe qualquer parque industrial que agregue as poucas indústrias existentes e que lhes proporcione espaços e infra-estruturas adequadas ao desenvolvimento das suas actividades.

A actividade piscatória, como é normal, está situada num quarteirão junto à costa, mais precisamente numa única rua paralela à costa marítima. Aí se situam as “casas do mar” onde são guardados os utensílios da pesca, bem como, a lota. As residências dos pescadores encontram-se distribuídas pela freguesia não sendo clara uma concentração. Pode-se afirmar que estas se localizam numa faixa mais a oeste, próximo do litoral, mas não se situam propriamente junto à praia.

As casas dos lavradores estão situadas mais no interior da freguesia, em redor das quais foram surgindo novas habitações e novos serviços. Além dos factores humanos que desde sempre condicionaram a paisagem, não só o relevo foi elemento determinante na sua organização e evolução mas, também o clima, a hidrografia, os solos e a vegetação. Do ponto de vista climático, a região apresenta uma clara influência atlântica – clima temperado marítimo – caracterizado por um Verão moderadamente quente e o resto do ano temperado húmido, apresentando temperaturas moderadas, fracas amplitudes térmicas diárias, pluviosidade elevada e bem distribuída durante o ano, evapotranspiração estival moderada e valores de insolação favoráveis. A influência dos ventos dominantes de Noroeste sobre os terrenos agrícolas do interior está na origem das manchas arborizadas dispostas de forma descontínua ao longo da costa, funcionando como barreiras protectoras aos terrenos no interior do território. É nos intervalos dessas manchas arborizadas e ao longo das principais linhas de água que se situam os solos agrícolas e se implantam os aglomerados urbanos. O território apresenta as seguintes

características hidrológicas e orográficas fundamentais: existem três bacias com vertentes bem afirmadas, a do rio Este a Norte, as do rio Ave e do rio Onda a Sul do concelho. Acompanhando o litoral, desenvolve-se uma extensa planície, que na orla marítima apresenta alguns sistemas dunares de significativas dimensões. De uma forma geral, o litoral da região de Vila do Conde é baixo, com numerosas praias de areias graníticas, finas a médias. Outra característica importante que, sem dúvida, contribuiu para o desenvolvimento da actividade piscatória em Vila Chã, é a existência de um elevado número de maciços rochosos (penedos) na orla marítima, que constituem uma espécie de abrigo e protecção natural à entrada e saída das pequenas e frágeis embarcações de pesca. Neste contexto, a comunidade piscatória de Vila Chã assentou amarras numa das melhores zonas da costa Atlântica para o desenvolvimento da sua principal actividade: a pesca tradicional. Foram sem dúvida todas estas condições que permitiram a fixação e desenvolvimento desta comunidade, reveladora de um espírito singular e de uma forma de estar muito particular.

### **3.2.1. Transformações socioeconómicas registadas nas últimas décadas**

Para compor uma caracterização socioeconómica da freguesia de Vila Chã, importa fazer um enquadramento prévio. É impossível fazer uma caracterização nesta área somente tendo em conta indicadores e factos de natureza local. Importa, no contexto da globalização, ter em conta que na análise de transformações socioeconómicas, devem ser contemplados efeitos da sociedade e comunicação global. Sem se pretender ser exaustivo, entende-se que este enquadramento deve ser feito, no mínimo, à escala nacional e no âmbito deste trabalho, com uma referência temporal às últimas três a quatro décadas. Neste sentido e passando já à análise puramente dita, é de constatar que em meados da década de oitenta, a economia portuguesa concluía um capítulo, caracterizado por grandes dificuldades pois as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação económica e de reajustamento social e político a nível mundial que, em Portugal coincidiu com o período pós revolução do 25 de Abril. A consolidar este virar de página associa-se a adesão de Portugal, em Janeiro de 1986, à Comunidade Económica Europeia. Desde então abriram-se novas perspectivas para a economia, aliadas sempre a novos desafios. Os resultados desta transformação foram profundos, conduzindo a mudanças estruturais no tecido económico e social do país.

Os grandes sectores da actividade económica em Portugal sofreram fortes alterações na sua estrutura global. Assistiu-se a uma evolução muito recente da economia portuguesa em que os serviços mercantis, normalmente associados ao sector terciário da economia, passaram a ser os principais responsáveis pela geração da maior riqueza produzida no país, sendo essa tendência semelhante à observada ao nível da União Europeia. Os valores das exportações e importações denotam uma tendência para a consolidação de Portugal como um país importador líquido, apesar do aumento substancial das exportações verificado nos últimos anos.

A nível social, a evolução da estrutura do emprego em Portugal reflecte necessariamente a dinâmica económica de cada um dos grandes sectores da economia nacional. Uma significativa transformação verificou-se, sensivelmente, na primeira década após a adesão de Portugal à UE, resultando numa alteração clara de mão-de-obra do sector primário e do sector terciário, mantendo-se a população empregada no sector secundário quase constante neste período. Pode assim falar-se de terciarização crescente da economia nacional, que deste modo se foi aproximando da média da UE, representado actualmente cerca de dois terços da população activa.

Quer a esperança de vida à nascença, quer a esperança média de vida, em Portugal, aumentou visivelmente nas últimas décadas, tanto para a população feminina como para a população masculina. Este indicador é revelador das melhorias que a sociedade portuguesa tem vindo a adquirir a vários níveis. Igualmente nas últimas décadas tem-se assistido a alterações significativas ao nível da distribuição espacial da população. Fazendo uma breve análise dos

Censos das últimas três décadas, ressalta o crescente despovoamento das regiões do interior e o intensivo povoamento do litoral e das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Um factor importante foi igualmente os fluxos populacionais que se registaram em Portugal nas últimas décadas, assistimos a fortes fluxos migratórios que registaram níveis distintos de fluxos quer ao nível da Imigração quer ao nível da Emigração.

Face a estes indicadores de índole geral, importa agora tecer uma consideração de natureza mais específica sobre o sector primário de actividade – a pesca – ao qual este trabalho é dedicado. Assim, importa referir que a pesca é uma actividade económica bastante importante nos países costeiros e em particular em algumas das suas áreas litorais na medida em que contribui para a criação de riqueza e para a ocupação de uma fatia, que em alguns casos assume grande importância, da sua população activa. De facto, a pesca tem reflexos significativos a nível do emprego, tanto no que diz respeito àquele que é gerado directamente na pesca (pessoal das embarcações) como àquele que é induzido em todas as actividades que com ela se relacionam, quer a montante (construção naval, fabrico de cabos e redes, ...) quer a jusante (preparação de conservas de peixe, extracção de óleos, produção de farinhas, ...) Dadas as características deste tipo de actividade, como a sazonalidade e a dependência das situações climáticas, o sistema de remuneração depende dos resultados da venda do pescado capturado, o que confere instabilidade económica às comunidades que dependem deste sector. Estas recorrem a outro tipo de actividades paralelas para garantir tal estabilidade. As populações que dependem da pesca são caracterizadas por baixos níveis de escolaridade; ou possuem as habilitações ao nível do 1º Ciclo, ou são analfabetas. Este nível de escolaridade extremamente baixo, aliado aos escalões etários mais elevados são factores que em situações de desemprego, épocas de defeso ou situações climáticas adversas, induzem uma transferência de mão-de-obra associada ao mar para actividades de menor reconhecimento público. A isto, há a acrescentar a forte probabilidade de ocorrerem situações graves de exclusão social.

Seguindo agora para a situação concreta da comunidade piscatória de Vila Chã, algumas das transformações já descritas ao nível do país, também aqui tiveram consequências e impactos que mudaram as características socioeconómicas da população. Com a “revolução dos cravos” a comunidade não sentiu directamente grandes transformações. No entanto, foram notórias duas situações que interferiram na condição socioeconómica desta comunidade. Sem dúvida a regulamentação do sector das pescas e as alterações ao nível do ensino provocaram alguns impactos nesta comunidade.

Antes do 25 de Abril de 1974 Portugal, sendo um país fechado ao exterior, não permitia a entrada nas suas águas territoriais de frotas pesqueiras internacionais. As águas nacionais estavam dedicadas à actividade da pesca nacional, sendo as águas costeiras frequentadas apenas por pequenas comunidades piscatórias, pouco equipadas e organizadas, na qual esta comunidade piscatória se inseria. Com a Revolução de 1974 estas restrições à pesca em águas nacionais deixam de subsistir, passando várias frotas pesqueiras internacionais, especialmente as ligadas aos regimes políticos que apoiavam a estrutura nacional, a frequentar as nossas águas sem qualquer regulamentação e controlo.

Também a questão educacional que adveio da Revolução, produziu algumas alterações com impacto e significado na comunidade. Apesar de em 1964 a duração da escolaridade obrigatória passar a ser, por força de lei (DL 45 810 de 7.1964), de 6 anos, esta comunidade, tal como grande parte do nosso país, não dispunha de condições para a implementar. A lei não assegurava as necessárias condições para a expansão da rede escolar, pelo que a escolaridade não se tornou extensiva ao conjunto da população em idade escolar. Com efeito, as condições para o cumprimento da escolaridade obrigatória de seis anos só foram definitivamente estabelecidas, após a Revolução e apenas nos finais da década de 70. A exigência de obrigatoriedade de seis anos de escolaridade básica para acesso ao emprego passou a ter efeito para os nascidos a partir de 1967. Neste mesmo ano foi criado o ciclo preparatório do ensino secundário, unificando os anteriores ciclos do liceu e das escolas técnicas, passando a opção de

prosseguimento de estudos a ser feita apenas após o 6º ano de escolaridade. Face a esta situação, os jovens em idade escolar, pertencentes à comunidade piscatória de Vila Chã, deixaram de acompanhar os seus familiares com tanta frequência e assiduidade nas tarefas da pesca. Este facto foi relevante para a situação que se verifica hoje em dia e que é visível pela estrutura etária que ainda exerce a actividade piscatória. A Telescola, implantada em Vila Chã, foi um factor determinante para o incremento da escolarização da comunidade. Esta situação continuou a ser fortemente impulsionada pelas mães e *pescadeiras* da comunidade, uma vez que pretendiam que os seus filhos enveredassem por outras actividades socialmente mais valorizadas, economicamente mais atractivas e, efectivamente, com mais condições de segurança.

Um dos períodos em que a comunidade piscatória sofre grandes transformações a nível socioeconómico decorre da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE) em Janeiro de 1986. As questões ambientais e de protecção das espécies de pescado, às quais a União Europeia é muito sensível, introduziram ferramentas proteccionistas que alteraram a estrutura socioeconómica da comunidade piscatória de Vila Chã. A mais importante foi, sem dúvida, a atribuição de subsídios aos pescadores para abate e reformulação das redes de pesca. Esta situação levou a uma redução dos volumes de pescado, tornando a actividade da pesca ainda menos atractiva economicamente. Os subsídios ao abate e reformulação das redes de pesca não eram significativas e não suprimam as perdas que se registaram nos volumes económicos das vendas do pescado.

O crescente nível de vida dos portugueses resultante da entrada na União Europeia e consequente facilitação no acesso ao crédito, veio revitalizar duas actividades, que apesar de não ter grande significado nesta comunidade, sofreram algumas transformações: o turismo e o sector do imobiliário. O turismo e a especulação imobiliária começaram a exercer alguma pressão sobre as áreas situadas na linha de costa, sem qualquer ordenamento do território, provocando, em alguns casos, verdadeiros atentados ambientais.

Todas estas questões têm levado a alterações significativas na composição socioeconómica da comunidade e no que às pescas diz respeito. Um dos principais indicadores é o número de embarcações inscritas e devidamente registadas na Docapesca – Portos e Lotas. O número de embarcações tem registado uma forte quebra. Se em 1990 estavam cerca de 40 embarcações inscritas em 17 anos esse número passou para 10. Pela curva de tendência é perceptível um decréscimo relativamente constante de ano para ano.

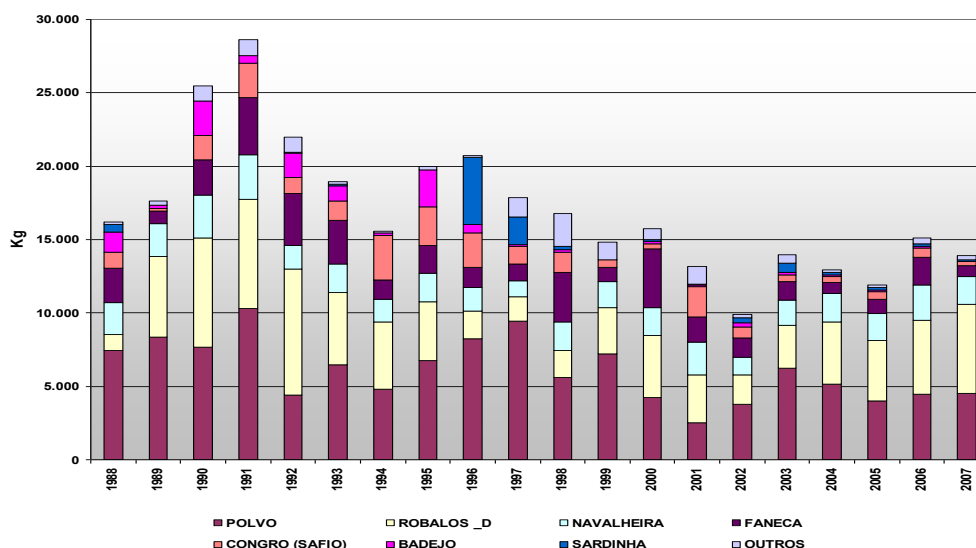
A construção naval, apesar de nunca ter tido grande expressão, já dispôs de uma maior dinâmica no seio desta comunidade. Em outros tempos, existiam cerca de meia dúzia de construtores navais e alguma mão-de-obra associada à actividade de construção. Hoje, apenas subsiste um único construtor naval que emprega unicamente o seu próprio filho. Além desta actividade, este construtor faz também barcos em miniatura por encomenda, exerce um cargo autárquico, gere um estabelecimento na área da restauração e, até há uns poucos anos atrás, praticava pesca desportiva. Esta polivalência de actividades do único construtor naval ainda existente em Vila Chã é indicadora, por um lado, do declínio da pesca nesta comunidade e, por outro, das inovações que a construção naval tem registado com a alteração dos respectivos materiais, nomeadamente, a substituição da madeira pela fibra de vidro:

Actualmente a pesca em Vila Chã sobrevive residualmente, e é praticada da mesma forma em comunidades próximas, revelando abertura a alguma inovação por parte dos pescadores, pelo menos no plano dos materiais de construção naval. Contudo, as imposições legais, quer por via da legislação nacional, quer por via da legislação comunitária, fazem com que o licenciamento e a burocracia associada sejam um entrave à renovação da frota por parte dos pescadores.

Outro indicador de extrema importância é a quantidade de pescado capturado em cada ano civil. Também este indicador denota um claro decréscimo de actividade que se tem registado

nos últimos anos. No entanto, é também de notar que o tipo de pescado também sofreu uma clara redistribuição no que às espécies capturadas diz respeito. Se há alguns anos atrás eram capturadas espécies de menor valor comercial, a título de exemplo a sardinha, hoje a comunidade procura capturas com mais rentabilidade, pescado que lhes trás mais-valias económicas e adequados à procura de mercado como sejam o robalo e o polvo.

### Espécies mais representativas de pescado capturado em Vila Chã



Fonte: Docapesca – Portos e Lotas, SA

Tal como acontece com a grande maioria das comunidades piscatórias tradicionais existe um mercado paralelo que não é possível quantificar, uma vez que o pescado é vendido directamente pelas mulheres, ou na rua ou na praia, sem passar pela lota. Tal como refere Sally Cole, são “elas próprias a vender o peixe e, para evitarem os impostos, em vender mais de metade do pescado diário não na lota, mas na praia, logo à chegada dos barcos.” (1994:41).

Uma outra característica que se pode atribuir a Vila Chã, e muito em especial à comunidade piscatória, é a sua hospitalidade. Esta hospitalidade provocou uma série de transformações ao nível social, mas principalmente ao nível económico nas últimas décadas, quando as pessoas começaram a alugar as suas casas, ou parte delas, a pessoas que residiam essencialmente no interior do país, como por exemplo Vila Nova de Famalicão, Felgueiras, Amarante. As casas eram alugadas, normalmente por um período de quinze dias, e durante a época balnear, sendo todos os pertences das casas colocados à disposição dos veraneantes, tendo estes que se fazer acompanhar de roupas de cama e de comida. Com frequência eram estabelecidas relações de empatia e mesmo de amizade entre o proprietário da casa e os hóspedes, o que proporcionava uma troca de saberes, de culturas e de experiências.

Para além desta questão da rentabilização das habitações próprias em períodos de veraneio, a pressão urbanística, que já foi anteriormente referenciada, levou à aquisição e construção de segundas habitações para fins turísticos. Os mais jovens e que se encontram familiarizados com as novas tecnologias promovem esta faixa de negócio, em muitos dos casos propriedade dos seus progenitores, publicitando-a na maior rede mundial de comunicação, a Internet.

Todas estas transformações têm resultado numa progressiva perda da identidade própria e original que se reconhece a este tipo de comunidades piscatórias. Cada vez mais é visível uma assimilação pela comunidade piscatória de Vila Chã dos valores e normas que regem as gerações mais jovens, decorrentes da “aldeia global” em que vivemos.

## 4. O trabalho no mar – ontem, hoje e que futuro?

As lides do trabalho do mar perdem-se no tempo da memória, num passado longínquo mas sempre presente no pensamento de todos aqueles que fazem do mar e do trabalho ligado à pesca o seu ganha-pão e, muito mais que isso, a sua própria vida e a razão da sua existência. O mar é a razão de ser de um pescador. É dele que tira a sobrevivência, é nele que passa a maior parte do tempo. Sob sol ou chuva, lá está ele, de corpo e alma, com a cara e a coragem, o fiel pescador, encarando o mar nos seus pequenos barcos.

A comunidade piscatória de Vila Chã desenvolveu-se ao longo da rua paralela ao mar, onde foram construindo as suas casas, outrora mais parecidas com cabanas, um modelo muito simples, inicialmente construídas em madeira e comportando apenas duas divisões – uma era a cozinha de terra batida, onde se cozinhava na lareira e se fazia o pão, a outra era considerada a divisão principal da casa e era revestida a soalho, e era aqui que se realizavam todas as tarefas relacionadas com a família e com a pesca, desde a confecção de roupas e de redes, o armazenamento de material de pesca e de algas secas, e mesmo o dormir. Este tipo de habitação em madeira originou uma construção urbana muito característica dos aglomerados piscatórios e agro-marítimos ao longo da costa, desde Caminha até ao Douro. Muitas destas habitações eram pertença de agricultores que viviam no interior da freguesia e onde guardavam pequenos barcos que recolhiam as algas para servirem de fertilizantes para as suas terras. É a partir destas casas e do areal adjacente que todo o trabalho da pesca se desenrola numa azáfama contínua. Os pescadores estavam completamente dependentes das condições atmosféricas para poderem ir ao mar pescar à linha ou à rede, essencialmente a sardinha, a faneca e o congro, e das actividades sazonais como a pesca do pilado e da apanha de algas para servirem como fertilizantes, durante a época de verão (Cole, 1994).

Os barcos eram pequenos, a remos e à vela, onde trabalhavam dois homens, no máximo três, quando a pesca era à rede; quando era à linha já ingressavam nos barcos cinco homens, uma vez que o produto dessa faina era menor. Todos estes pescadores eram analfabetos, pois não havia escolas e quando havia não tinham tempo para estudar, tinham que trabalhar para comer e ajudar no sustento da família e, por isso, a escola não constituía uma prioridade para os pais.

Muitos dos pescadores desta comunidade emigravam, ingressando na pesca do bacalhau nos bancos da Terra Nova e da Gronelândia. Normalmente essa emigração durava seis meses, com saída em Março ou Abril e chegada em Agosto ou Setembro, tendo muitos destes pescadores um pequeno barco na praia de Vila Chã com o qual trabalhavam nos restantes seis meses do ano. O trabalho da pesca do bacalhau era muito duro, para não falar do frio que fazia, mas o pescador sentia, de certa forma, um espaço de liberdade pessoal. As condições de trabalho eram precárias, os barcos nem sempre estavam nas melhores condições de navegabilidade, sendo frequentes os naufrágios e, por vezes, os companheiros de viagem não se entendiam, o que dificultava ainda mais a permanência dos pescadores por terras distantes. Contudo, a questão económica falava mais alto e os pescadores sujeitavam-se a tudo para conseguir um nível de vida melhor para a família e para conseguir construir uma casa, casa esta que tinha um enorme significado para eles, pois representava uma certa ascensão social: de gente sem tecto, a viver em cabanas, passavam a possuir algo de seu e para os seus. Por outro lado, os benefícios oferecidos a quem lá andava proporcionavam uma vida mais desafogada à família dos pescadores uma vez que, e para além da isenção do serviço da tropa, facultava abono de família para os filhos, alimentação e vestuário, oferecido pela Casa dos Pescadores, pois estes descontavam para lá uma percentagem do salário, o que não acontecia em mais nenhuma outra profissão nessa altura.

Como ainda hoje se verifica, os pescadores que andavam “embarcados ao bacalhau” não queriam que os filhos seguissem essa profissão pela penosidade da mesma. Com o sacrifício destes pais, os filhos ingressavam na escola e na sua maioria conseguiam fazer a 4ª classe (hoje 1º ciclo) e iniciavam o seu percurso profissional em profissões distintas da pesca, mas também, muitas vezes ligadas ao mar, que se multiplicaram e desenvolveram, algumas

delas tendo por base profissões ancestrais, como por exemplo marinheiros de navios de carga, carpinteiros de construção naval, etc. Já profissões como a de conserveiras resultam da industrialização ligada ao tratamento do produto pescado, tendo em vista a sua comercialização em maior escala.

O principal meio de subsistência desta comunidade costeira continua a ser a pesca artesanal, e enquanto os homens desempenham as actividades da pesca no mar, as mulheres são responsáveis pela transformação e venda do produto pescado. Actualmente, a comunidade piscatória de Vila Chã conta com 10 embarcações (matriculadas na Docapesca – Portos e Lotas, SA., da Póvoa de Varzim), com aproximadamente 10 metros, equipadas com motores de 50 ou 60 cavalos e a comunidade é constituída por cerca de 20 pescadores. Quase todos os pescadores no activo são parentes mas trabalham separados dos familiares, e é só num barco que se encontram pai e filho a trabalhar. O tipo de pesca praticado continua a ser a pesca artesanal realizada em embarcações de pequena dimensão, em áreas muito próximas da costa e com períodos de permanência no mar muito curtos. O peixe capturado continua a ser desembarcado na praia, onde a maior parte é vendido, quer a negociantes, quer a particulares, e o que resta é dividido pelos trabalhadores desse barco para consumo próprio. Assim, quando o produto pescado é abundante e não é totalmente vendido na praia, as mulheres colocam-no em carrinhos de mão e vão, porta a porta, pelas ruas da freguesia e pelas freguesias vizinhas, vender o que sobrou da faina do dia.

Um dos principais produtos marinhos pescados em Vila Chã, durante o verão, é o polvo, caçado com o recurso a uma armadilha designada por covo. Não constitui tarefa fácil pescar de covo, apesar da facilidade inicialmente imaginada quanto à utilização de uma armadilha. Em primeiro lugar, é preciso que o mestre do barco tenha um senso profundo de localização das “marcas” – geralmente pontos fixos em terra –, a partir das quais se determinava rigorosamente um dado ponto no mar onde os covos seriam colocados. Esta localização das marcas já vem dos antigos, sendo herdadas pelos familiares – Moreeira, Funtão, Pedra do Bispo, Quebrada, Barranha, Puço, ... – são exemplos dos locais onde a teia (corda finalizada por duas bandeiras com os sinais identificativos do barco ou do pescador onde os covos são amarrados em cadeia) é largada, ficando sinalizados por bandeirinhas com sinais identificativos do barco ou do pescador. Ademais, além do carácter predominantemente marítimo dessa forma tradicional de produção, sobressai o seu carácter artesanal, pois tanto as embarcações como os utensílios utilizados – incluindo os instrumentos para a confecção de ambos – são fabricados artesanalmente pelos próprios pescadores. A apanha do polvo é uma actividade onde também se verificam tarefas femininas e tarefas masculinas. Assim sendo, à mulher cabe todo o trabalho mais minucioso, antes e depois da recolha, ou seja, a mulher corta o peixe para servir de isco, coloca esse mesmo isco nos anzóis existentes dentro dos covos, depois da apanha tiram os polvos dos covos, separam, a olho, por pesos, e depois vendem esses polvos quer a negociantes, quer a particulares. Ao homem cabe as tarefas de emendar os covos nas teias, vão ao mar e lançam-nos ao mar sempre nos mesmos locais, ou seja nas marcas e no dia seguinte vão ao mar recolher esses covos. Toda esta azáfama dos polvos funciona como uma roda e começa ainda de madrugada quando os homens vão ao mar recolher os covos. Quando regressam do mar, as mulheres já os esperam junto à água com o gancho para arrastar o barco para o areal, tendo já todo o isco cortado num esforço de poupar tempo, pois na praia tempo é dinheiro. Depois de terem os covos nos barcos, os homens regressam ao mar para os lançar e as mulheres vão tratar dos polvos para os venderem.

Esta comunidade piscatória parece estar a extinguir-se gradualmente, uma vez que os filhos dos pescadores abraçaram outras profissões e frequentaram a escola que acabou por “tirá-los” do mar, lançando-os num mundo com mil e uma oportunidades de trabalho, muito mais diversificadas e muito menos perigosas do que a pesca, onde não é necessário enfrentar o frio e a chuva, o sol, o calor e o mar, e onde as remunerações são muito mais atractivas do que aquelas que provêm do trabalho do mar. Para os filhos e netos destes pescadores, o mar já é

entendido como um divertimento, uma forma de lazer, onde se pode passar o dia entre brincadeiras e mergulhos, mas longe da azáfama das lides do mar. Alguns filhos de pescadores também olham para o mar como uma forma de arranjar um rendimento suplementar, uma vez que se dedicam nos fins-de-semana e nas férias à pesca desportiva, vendendo depois a restaurantes o produto dessa pesca.

Assim, é do conhecimento geral que algumas profissões ditas tradicionais vão desaparecendo, rareando aqueles que as executam, fruto de transformações e da evolução das actividades económicas. Os mais jovens aderem aos cursos profissionais na ânsia de concluírem a escolaridade obrigatória e depois procuram outras profissões onde o risco é menor e a remuneração é maior. A posição dos jovens inquiridos é ligeiramente distinta. Apesar de também partilharem bastante desta posição fatalista, entendem, na sua maioria, que poderá ser possível encontrar um rumo que conduza à manutenção da pesca tradicional nos moldes em que conhecemos. Este rumo passará obrigatoriamente e, segundo eles, por um maior apoio do Estado, nomeadamente, pela aposta na formação prática, na valorização da actividade e especialmente pela melhoria das condições de trabalho. Tudo isto não se fará por uma simples mudança de mentalidades, mas sim por criar condições efectivas que permitam essas mutações. Sendo mais difícil mudar a mentalidade das pessoas, à que começar por criar infra-estruturas e condições que fomentem alguma atractividade deste sector: A uma perspectiva de futuro fatalista para a pesca em Vila Chã, expressa por mulheres de pescadores que inquirimos podemos contrapor uma visão mais actual, onde, uma modernização das infra-estruturas e das condições de segurança, a formação profissional, ou até mesmo funcionalidades alternativas como é o caso da pesca desportiva, poderá conduzir a praia dos pescadores a alcançar um futuro mais promissor, enfim, a uma nova maré.

### 5. Retrato da mulher “pescadeira”

*“Eternas sacrificadas, tiram-no da boca para aparelhar o cesto dos homens. Vendem, carregam as redes, lavam-nas, sem um fio enxuto no corpo metem o ombro aos barcos para os deitar ao mar. Acabada a pesca todo o trabalho cabe à mulher, que fabrica a graxa, que trata dos filhos, que faz as redes, as lava e as conserta e que vai vender por esses caminhos fora.”*

RAUL BRANDÃO em “Os pescadores”, 1923

O trabalho ligado às lides do mar não pode ser considerado um ofício exclusivamente masculino, uma vez que por detrás dessa lide do homem existe sempre o trabalho, ou antes, o imenso trabalho da mulher. Mas, enquanto o homem, tem sido exaltado pelo saber e valentia no exercício da sua profissão, a mulher viveu sempre apagada e esquecida. E, todavia, era à mulher que cabia o papel mais laborioso e importante na vida do casal, já que o trabalho do homem se limitava à faina da pesca. A mulher tratava da conservação das redes, ajudava em terra o companheiro nas tarefas relacionadas com a profissão, administrava a economia doméstica, tratava do lar e da família. Existiam (actualmente só há uma) muitas destas valentes e corajosas mulheres *pescadeiras* que tripulavam os barcos, possuindo as cartas de arrais que lhes concedia a licença para se fazerem ao mar, enfrentando todos os medos e perigos.

Quando o pescador regressava do mar, a mulher esperava-o na praia, já com os apetrechos necessários para dar seguimento ao restante trabalho da faina: colocava o peixe em gigas e transportava-o, areia acima, pegando nelas a peso ou levando-as em carrelas (conjunto de tábuas de madeira com uma espécie de punhos nas extremidades para poder ser levantado por duas pessoas, uma à frente e outra atrás).

As vivências das suas infâncias cruzam-se, vivem experiências semelhantes, modos de vida equiparados à vida de qualquer mulher adulta ligada às andanças do mar. Desde cedo, acompanhando o trabalho da mãe, se lançam na apanha do sargaço, tarefa até agradável

durante o verão, mas muito ingrata durante o Inverno, quando as águas registam temperaturas muito baixas e nas quais se banham até à cintura para conseguirem recolher alguns quilos de algas das águas e as arrastam areal acima onde as estendem a fim de secarem. Este trabalho era feito às “escondidas” uma vez que existia uma proibição de apanhar o sargaço ainda de madrugada, só que era necessário uma vez que iam para as conserveiras trabalhar. Utilizado como um fertilizante natural pelas populações costeiras que se dedicam à agricultura ou que têm a agricultura como um complemento à economia caseira, a apanha do sargaço constitui-se como uma actividade de extrema importância, facilitada pela existência de uma grande diversidade de algas. A existência desta diversidade fica-se a dever às condições físicas da costa norte de Portugal, uma vez que a presença de rochedos proporciona um abrigo favorável ao desenvolvimento de diversos tipos de algas. O constante movimento das águas do mar, mais forte durante a maré-alta, aliados a ventos mais ou menos fortes, vão fazer com que as algas se soltem e dêem à costa, onde as mulheres as esperam para as apanhar. Nesta apanha a mulher entra na água, muitas vezes molhando-se quase até à cabeça, utilizando como ferramentas o *galrricho* (rede grande finalizada por um aro de ferro com a qual as mulheres procedem à apanha do sargaço) ou ao *galhapão*, mais conhecido como *ganhapão* (rede pequena finalizada por um aro e um cabo, quase sempre de madeira.). Com estes instrumentos puxa-se o sargaço para terra, na linha da água, e depois às costas ou com o recurso a uma carrela leva-se o sargaço para cima, para o *fieiro* (espaço do areal ocupado pelas camas de sargaço a secar), onde é estendido manualmente em *camas* (porções de sargaço a secar)., para que haja uma camada fina e regular em toda a extensão da *cama*. Aguarda-se cerca de três dias, para ficar bem seco, e de seguida, enrolam-se em fardos que se juntam uns aos outros formando montes ou pilhas de sargaço prontos a serem utilizados ou vendidos, tanto a lavradores como para a indústria farmacêutica ou de cosméticos. Esta actividade da apanha do sargaço tem maior visibilidade nos meses de verão, Junho, Julho, Agosto e parte de Setembro. Ao ingressarem nos trabalhos nas conserveiras de Matosinhos, este funcionava como um complemento à economia doméstica, mas sem nunca descuidar o trabalho doméstico, o cuidado dos filhos e o trabalho nas lides do mar. Não é de estranhar, por isso, que surjam denominações para o trabalho feminino antes e depois da ida ao mar, como por exemplo: pescadeira, redeira, vendedeira, peixeira, regateira, mestra, sargaceira, conserveira. Como já foi referido, a sua ligação ao mar perde-se na época da infância e da juventude, onde além da apanha do sargaço tratavam das redes de pesca utilizadas pelos seus pais. Cabia a elas fabricar as redes de pesca e tratar da sua conservação. Quando as redes eram recolhidas e o peixe retirado, as jovens tratavam de as lavar em água doce para retirar o sal do algodão e de as estender de forma a secarem e estarem prontas para a faina da madrugada seguinte. Depois de tratar das redes iam acompanhar as mães ou familiares na venda do peixe pelas freguesias vizinhas, Modivas, Gião, Fajozes, ..., iam a pé com a gamela à cabeça, percorrendo muitos quilómetros para conseguirem vender o peixe que não tinha tido saída quando o barco chegou à praia.

A todo o trabalho feminino relacionado com o mar acresce, além dos trabalhos domésticos e o cuidar dos filhos, a plantação de uma pequena horta e a criação de animais, como porcos, vacas ou cabras, que completavam o sustento da família quando era praticamente impossível, do ponto de vista climático, a ida ao mar. Esta actividade suplementar não se perdeu no tempo sendo ainda hoje praticada por quase todas as famílias de pescadores. No que diz respeito à família, ou antes, ao casal, todas estas mulheres ao casar com um pescador, homem do mar, passaram a viver as angústias de quem andava com o credo na boca, enfrentando o mar para dele tirar o seu sustento, e, também partilharam a ausência dos maridos que partiram para a pesca do bacalhau, para os bancos da Terra Nova, do Canadá e da Gronelândia. A vida era muito difícil, o sustentar dos filhos, a renda para pagar, as doenças que apareciam, contudo, a fé das mulheres *pescadeiras* manteve-se inalterada ao longo das suas vidas. Católicas de religião, praticantes é que nem por isso, contudo, vivem a religião e a sua fé de uma maneira muito própria, muito íntima e com uma intensa confiança em Deus. Outros momentos em que a fé fala mais alto é quando os maridos se fazem ao mar e este apresenta-se mais bravo, mais crispado,

fazendo saltar os corações e cantar todas as orações conhecidas, de forma a pedir a Deus o regresso dos familiares a salvo. Religião e credos à parte, a “profissão” de mulher *pescadeira* é pouco reconhecida e não é muito valorizada. Vila Chã era a única praia onde existiam mulheres com carta de arrais. Como referimos, em Vila Chã existiam mulheres *pescadeiras*, arroçadas e valentes, que, tripulando pequenos barcos enfrentavam num afã constante as forças indomáveis da natureza, sem temor à morte. Ao falarmos de Vila Chã torna-se obrigatório referir as «campanhas» só de mulheres e as «campanhas» mistas, prestando deste modo, uma justa homenagem às mulheres deste nosso aglomerado de pescadores ao sul do Ave. Motivos não faltam para que haja o prestígio indispensável a estas grandes profissionais. No livro “*Mulheres da Praia*”, Sally Cole adianta: “Vila Chã é conhecida na costa norte de Portugal como a única comunidade pesqueira onde as mulheres vão regularmente ao mar com os homens. ... pode reflectir o seu maior envolvimento na pesca: elas tiravam licenças de pesca e eram proprietárias dos barcos e arrais; percorriam maiores distâncias no mar e navegavam ao longo da costa entre a Póvoa de Varzim e Matosinhos; e, durante a pesca da sardinha, que tinha lugar entre o pôr e o nascer do Sol, as mulheres ficavam nos barcos, toda a noite, com membros masculinos da tripulação que não eram seus familiares. ...” (1994:84, 85).

Apesar de não terem o reconhecimento que merecem, estas protagonistas enfrentam a chuva, o sol, o frio, ventos fortes e tempestades, e o pior de tudo, a incerteza do regresso dos familiares do mar, superando as adversidades dia após dia e encarando as desventuras com muita bravura em troca de um escasso rendimento, na luta pela sobrevivência. Não será de estranhar, pois, que esta mulher *pescadeira* esteja predestinada à extinção. Este grupo de mulheres apresenta-se fechado sobre si próprio, continuando a trabalhar e a possuir modos de vida parecidos com os das suas mães e mesmo avós. Denota-se uma clara colagem destas *pescadeiras* às memórias e vivências das gerações passadas. A memória colectiva é claramente um veio e rumo orientador da sua actividade em detrimento da modernidade que se supostamente se deveria impor. A única abertura ao “mundo exterior” faz-se principalmente pela televisão e pelo contacto quase que diário com os filhos e netos, o que lhes abre um pouco os horizontes para além da “*nostra praia*”.

## 6. As festividades / O Culto

O santo padroeiro da freguesia de Vila Chã é S. Mamede. A este orago é dedicada a Igreja da freguesia, como forma de alargar a sua protecção para fora dos limites do templo, ou seja, de modo a abraçar toda a freguesia, bem como as suas gentes e actividades. Santo e mártir, a Igreja Católica consagra o dia 17 de Agosto a S. Mamede.

A freguesia de Vila Chã promove a celebração da festa de S. Mamede no Domingo seguinte ao dia 17 de Agosto, embora só se realize de 2 em 2 anos, devido aos elevados custos da organização. A Festa de S. Mamede abarca as duas vertentes da vida das populações, a religiosa e a profana. Assim, por um lado, é a tradição religiosa, é a devoção da comunidade ao respectivo santo, expressa no empenho com que se mobilizam para os festejos e para a procissão, executando maravilhosos tapetes de flores pelas ruas por onde irá passar a procissão, carregando os andores e enfeitando-os com arranjos florais de grande beleza. Por outro lado, é o convívio gerado em torno dos espectáculos de variedades, com fanfarras, grupos de Zé-pereiras e conjuntos musicais de renome, organizados pela Comissão de Festas.

No que diz respeito à comunidade piscatória, o seu envolvimento directo nestas festas passa por ornamentar os seus barcos com motivos religiosos e motivos de natureza laica, como por exemplo as bandeiras de Portugal e da União Europeia, fotografias de família, artigos relacionados com a pesca, como redes e âncoras. No momento em que a procissão se detém no Largo da Praia, onde se realiza o sermão, a dança das bandeiras dos barcos ao sabor do vento e os ramos de flores lançados às águas recordam os pescadores que agonizaram e perderam a vida no mar.

As cerimónias festivas em honra de S. Mamede envolvem, como já foi referido, uma parte religiosa e uma parte leiga. No que concerne à vertente religiosa, as festas incorporam, um conjunto de solenidades iniciadas no Sábado à noite com uma Procissão de velas em honra de Nossa Senhora de Fátima, e missas e reza do terço. A Procissão que sai no Domingo de tarde abarca igualmente as duas vertentes da vida da comunidade, uma vez que o religioso e o profano se misturam. Vários símbolos e representações, das duas vertentes, estão presentes no cortejo, destacando-se especialmente as seguintes expressões: diversos andores alusivos à religião católica; o Pálio “protector” do Senhor e das autoridades religiosas; as crianças que realizaram a 1ª Comunhão e a Profissão de Fé; os diversos Irmãos das Confrarias da Paróquia; as várias associações locais; as Autoridades político-administrativas da freguesia; representantes da Câmara Municipal de Vila do Conde; a Fanfarra que encerra a dita Procissão acompanhada pelo Povo em geral. Esta Procissão percorre as principais ruas da freguesia de Vila Chã, saindo da Igreja, com uma paragem na Praia onde é realizado um Sermão, e retornando à Igreja, formando um círculo, como que cercando todos os elementos que constituem esta sociedade vilaplanense. Estes elementos constituintes da comunidade vão desde: diversas actividades agrícolas; as gentes da pesca e seus apetrechos; elementos ligados à actividade turística, cafés, restaurantes e outro comércio local. O simbolismo que poderá ser atribuído a esta Procissão diz respeito à protecção divina e à forma como são encaradas as vivências diárias. A passagem desta Procissão também não passa indiferente aos banhistas e aos turistas presentes na localidade, que interrompendo os seus momentos de lazer e de exposição solar, se juntam ao povo para ver passar a Procissão e assistir ao Sermão realizado no largo junto à praia, bem como presenciar uma homenagem em favor daqueles que perecerem nas ondas do mar.

Um outro tipo de festividades de cariz popular muito representado na freguesia de Vila Chã é os Festivais de Folclore. Característica interessante desta freguesia é a existência de dois grupos folclóricos: O Grupo Folclórico dos Pescadores de Vila Chã e o Rancho Danças e Cantares das Lavradeiras de Vila Chã. Logo aqui se denota uma separação intrínseca às suas origens e ambiente sociocultural. O Grupo Folclórico dos Pescadores de Vila Chã é formado por cerca de sessenta elementos dos vários escalões etários e foi fundado em 05 de Fevereiro de 1980, como forma de perpetuar as tradições e vivências relacionadas com o mar e as suas gentes. Os seus trajes e adereços, bem como os seus cantares e danças respeitam a autenticidade dos costumes usados pelos pescadores e sargaceiras desta região. Dos elementos pertencentes a este Grupo Folclórico dos Pescadores, nenhum pratica a arte da pesca tradicional. Todos eles enveredaram por profissões em outras actividades, a sua ligação aos pescadores e sargaceiras diz respeito aos participantes mais idosos que tiveram um passado ligado ao mar, directamente ou por vínculos de seus pais e avós. Todos os anos o Grupo Folclórico dos Pescadores de Vila Chã organiza um Festival Tradicional de Folclore, onde estão presentes agrupamentos das mais diversas regiões de Portugal, e por vezes, agrupamentos estrangeiros. As letras das canções que compõem o seu registo áudio (CD) intitulado “Vira das Sargaceiras” constituem um memorial em honra das gentes do mar, muito especialmente à sua comunidade – Vila Chã. Estes cantares relatam a vida do mar, a apanha do sargaço, o peixe pescado, lugares da freguesia, monumentos, bem como o desassossego gerado pela ausência do “seu amado” que enfrenta o mar.

O Rancho Danças e Cantares das Lavradeiras de Vila Chã, fundado a 21 de Setembro de 1981 é composto por cerca de cinquenta elementos, abrangendo todas as faixas etárias. Este agrupamento tem actuado tanto em Portugal como no estrangeiro, transportando, a essas mesmas paragens, a cultura tradicional de Vila Chã. O Grupo organiza em Vila Chã dois festivais de folclore, um em Julho, na festa a S. Pedro, intitulado Festival do Mar, e o outro realiza-se em Agosto. No sentido de que esta transmissão cultural disponha da máxima abrangência, a realização dos festivais é realizada em épocas de veraneio, onde a presença, quer dos turistas, quer de alguns imigrantes se faz sentir com maior incidência. Mas, não é só de indivíduos que se encontram presentes em Vila Chã que é composta a assistência destes festivais, uma vez que se

verifica a deslocação de muitas pessoas de outras paragens, que estimam este tipo de actividades culturais, legando às futuras gerações as tradições e memórias dos seus antepassados.

No entanto, e apesar de preservarem as tradições de vários ofícios característicos de Vila Chã, a existência destes dois grupos de folclore na freguesia nem sempre decorre de forma pacífica e harmoniosa, não se denotando uma saudável convivência entre eles.

Para finalizar, um outro aspecto que poderá, ou não, evidenciar um certo apego à religiosidade por parte da comunidade piscatória diz respeito à atribuição de nomes e símbolos aos barcos de pesca. Dos dez barcos que normalmente saem ao mar e que constituem a frota dedicada à pesca tradicional, excluindo portanto os barcos que são utilizados para a pesca desportiva e que são de dimensão mais reduzida, seis não possuem um nome de cariz religioso, sendo eles: Pai Herói, Manuel Sérgio, Praia de Vila Chã, Graça Maria, Rumo à Glória e Rainha dos Mares. Os restantes remetem o seu nome para diversos santos e entidades divinas: Perfeito só Deus, Senhora dos Remédios, Senhor dos Mares, Rainha Santa Isabel. De salientar que três destes barcos apresentam uma mistura entre o religioso e aspectos da vida quotidiana. Assim, o barco Rainha do Mar ostenta uma imagem de Nossa Senhora de Fátima e os três pastorinhos, o barco Senhor dos Mares apresenta o símbolo do Futebol Clube do Porto e, por fim, o barco Rainha Santa Isabel exhibe o símbolo do Sport Lisboa e Benfica. Face ao exposto poder-se-á concluir, que apesar de não existir uma manifestação plena da religiosidade, esta está presente nos aspectos mais comuns da vivência dos pescadores. Esta mistura que se verifica entre a religião e o facto de ser adepto de um determinado clube de futebol não será conclusiva de que ambos os aspectos têm o mesmo peso na vida do pescador. O nome do barco, na maior parte das vezes, já vem de família, ou seja, os seus avós e os seus pais já utilizavam esse nome nos barcos antigos. Mesmo abatendo a embarcação, normalmente os proprietários mantêm o mesmo nome e as mesmas referências religiosas e profanas.

Pelo exposto, pode-se afirmar que as manifestações religiosas da comunidade piscatória não assumem por inteiro uma tipologia tipicamente ligada à Igreja, representando uma tradição já enraizada, evocadora da actividade piscatória e da memória dos seus antepassados.

## 7. Conclusões

A comunidade piscatória de Vila Chã apresenta dicotomias entre o seu passado e o seu presente, no sentido em que a visão sobre esta comunidade por parte da população mais idosa é muito divergente da população mais jovem. As memórias das gerações mais antigas ficam confinadas ao seu lugar e ao mar, achando mesmo que Vila do Conde se situa geograficamente muito distante, recordando um pequeno aglomerado de casas construídas junto ao mar, bem como as dos lavradores que se erguiam dispersas pela freguesia.

Por oposição, as gerações mais jovens, em resultado de uma socialização muito mais alargada, tanto física como simbólica, vivem de uma forma muito menos intensa o fascínio pelo mar. Para a maioria dos jovens, o mar não é visto como um “mercado de trabalho”, mas sim como um espaço de diversão e de lazer.

O desenvolvimento da pesca com pequenos barcos em Vila Chã fez parte de um processo de estratificação social, ou seja, de desigualdades verificadas entre elementos da sociedade, que ocorreu na costa norte de Portugal durante a segunda metade do século XIX. Este processo de estratificação social teve como base duas áreas fundamentais a actividade económica (Agricultura *versus* Pesca) e o culto religioso. Este último constituiu um dos instrumentos decisivos para a gestação de um sentimento de pertença colectivo, em virtude de à volta desta estrutura religiosa serem celebrados um conjunto de rituais e de festividades que têm contribuído para a mobilização e consolidação das relações sociais. Estes rituais, relacionados particularmente com a vida e a morte, essencialmente no mar, são vividos de uma forma muito própria da restante comunidade envolvente. Quanto ao primeiro, podemos afirmar que foi a

catapulta fundamental para a revitalização e estruturação da pesca tradicional, uma vez que a Agricultura sentiu a necessidade das actividades piscatórias para o seu desenvolvimento, nomeadamente da apanha das algas e da pesca do pilado que serviam de fertilizantes para o enriquecimento das terras de cultivo. No processo de estruturação desta identidade não pode ser descurada a relevância que o nascimento, a consanguinidade e a antiguidade no território em estudo possuem. A identidade piscatória desta comunidade é ainda uma identidade de ofício, que está profundamente marcada pelas possibilidades e constrangimentos que o trabalho no mar, ou em actividades complementares a este, tem oferecido. Esta identidade encontra suporte numa gestão específica dos usos do corpo e da linguagem, diferenciando os pescadores dos restantes residentes da freguesia.

No entanto, nas últimas décadas assistiu-se a uma reorientação da população a nível económico. À pesca que, conjuntamente com a apanha do sargaço constituía a actividade fundamental destas famílias de pescadores, juntaram-se as fábricas de conservas e de confecções, bem como as lojas de comércio a retalho e os estabelecimentos de restauração. Recentemente esta mutação tem-se orientado essencialmente para os serviços ligados ao Turismo de veraneio, atendendo à crise instalada nos sectores têxtil e conserveiro. Esta identidade está, todavia, em transformação. As gerações mais jovens têm vindo a traçar uma trajectória distinta dos seus avós e pais, em virtude da crescente escolaridade e do *boom* dos meios de comunicação e das novas tecnologias. Para elas o espaço marítimo ganha uma outra dimensão, a do lazer e a do repouso, sendo o mar, por natureza, um espaço de divertimento e desporto.

Actualmente o sector das pescas sofreu grandes transformações com as políticas comunitárias: o enorme abate de embarcações; a política de quotas pesqueiras reduziu em muito a capacidade de oferta de emprego a esta comunidade. A pesca tradicional, com recurso a embarcações de pequeno porte, que limitam a actividade pesqueira, cinge-se agora aos pescadores mais idosos. Esta falta de renovação das gentes do mar e a sua reorientação social impedem a manutenção e perpetuação desta cultura piscatória. Ou seja, assiste-se a uma progressiva extinção da cultura piscatória tal como foi conhecida durante vários anos. Podemos afirmar que se assiste a uma morte lenta do tradicional “Povo de Barba Rija”. Sendo pragmática e realista, podemos antever que poderá não ser possível manter a actividade da pesca tradicional a longo prazo, quer seja nos moldes em que a conhecemos e que foi aqui retratado, quer seja num outro formato mais modernizado, segundo as exigências dos dias de hoje. Contudo, importa preservar a cultura piscatória como memória colectiva de um povo.

Novas actividades ou mesmo reconversão das anteriores emergem já ainda que timidamente. Há que promover a consciência das populações quanto às potencialidades que a “praia” lhes oferece enquanto motor de desenvolvimento comunitário. Uma plausível forma de fomentar esse desenvolvimento seria, provavelmente, um forte investimento na área da educação e formação, mais propriamente com a criação de cursos profissionais, orientados não só para a componente da pesca mas também para apoiar jovens na criação de micro e pequenas empresas de pescas e actividades de suporte. Uma vez que o desemprego se encontra presente no seio desta comunidade, esta aposta poderia resultar numa entrada de pessoas jovens e mais dinâmicas para esta actividade conseguindo, desta forma, manter o espírito da pesca tradicional conjugado com uma modernização deste sector. A diversificação de actividades é um forte pilar no desenvolvimento e estabilidade das populações. Nesta vertente da formação e diversificação da actividade, a criação de uma Escola de Pesca Desportiva seria provavelmente um motor de motivação e gosto pela pesca tradicional. Uma outra oportunidade de melhoria detectada, que se integra um pouco na diversificação anteriormente descrita, é a reconversão e adaptação da lota existente na praia.

Alterações legislativas, de ordenamento e de políticas de pesca específicas que permitam a estas comunidades piscatórias de reduzida dimensão uma “tomada” das lotas para a comercialização directa do pescado, aliada a benefícios fiscais, poderá ser um factor

determinante para o rejuvenescimento e inovação da actividade. Uma lota moderna e comercialmente competitiva que passe pela criação de uma marca própria ou do tipo “origem demarcada” poderia ser uma inovação feliz.

Mesmo que a opção e visão das entidades competentes não passe por criar condições de dinamismo e reconversão da actividade piscatória, importa transmitir, a essas mesmas entidades, como é fundamental preservar esta cultura piscatória e perpetuá-la no tempo. Assim, a criação de um espaço museu dedicado à actividade piscatória que descrevesse toda esta história tão rica, é fundamental como forma de manter viva uma memória. A exposição pública de trajes, de utensílios e armadilhas de pesca, de barcos, e de tudo o que diz respeito à vida do mar, recriando cenas da vida quotidiana passada na praia dos pescadores poderá ser uma forma de transmitir a herança da pesca tradicional às gerações futuras. Desta forma, Vila Chã, e mais propriamente a comunidade piscatória, poderia manter a memória da sua cultura tradicional, vendo surgir um renovado “Povo de Barba Rija”, apto a enfrentar novas exigências, colocadas pela sociedade actual.

Retratando o presente estudo de caso uma singela comunidade piscatória tradicional, seria importante avaliar se este estudo poderia ser um efectivo retrato da maioria das comunidades que praticam este tipo de actividade que se encontram espalhadas pela costa marítima portuguesa. Como é óbvio, cada comunidade tem os seus aspectos socioeconómicos e culturais que as caracterizam, contudo, a sua evolução poderá apresentar traços similares que importaria avaliar. Assim sendo, há a previsão de complementar o presente trabalho com uma comparação sólida, se assim se tornar praticável face às diversas características, com outras comunidades piscatórias tradicionais, de preferência regionalmente adjacentes. A título de exemplo, as comunidades piscatórias de Angeiras - Lavra; Caxinas - Vila do Conde; Afurada – Vila Nova de Gaia.

## Bibliografia

Barca, Isabel (1985) *Attitudes of Portuguese fishing, rural and urban students toward school*, Dissertação de Mestrado em Ensino de Ciências Sociais, Universidade de Boston.

Brandão, Raul (1923), *Os pescadores*, Lisboa: Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses.

Cole, Sally (1994) *Mulheres da Praia – O Trabalho e a Vida numa Comunidade Costeira Portuguesa*, Publicações D. Quixote, Lisboa.

PMH, *Portugaliae Monumenta Historica, volume I “Diplomata et Chartae”*, nº 281, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

PMH, *Portugaliae Monumenta Historica, volume I, Inquisitiones*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

Decreto – Lei n.º 45 810, de Julho de 1964.

Dias, António de Azevedo (2009), *Vila Chã e suas origens*, Vila do Conde.

Geraldes, Alice (1989), *A Mulher de Caxinas*, in Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira, Centro de Estudos de Etnologia/Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa.

INE (1981), (1991) e (2001) Recenseamento Geral da População e da Habitação, Lisboa.

Maia, Maria Isaura dos Santos (2003), *Gentes de Ferro em Barcos de Pau – Memória, Identidade e Comunidade entre as gentes de Caxinas e Poça da Barca*, Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade do Minho, Braga.

Menete, José Henrique Lopes (2001), *O Litoral do Maputo: dinâmica actual do sector costeiro entre o Clube Naval e a Aldeia dos Pescadores*, Dissertação de Mestrado em Geografia, FLUP, Porto.

Santos, Fernando Jorge Teixeira (1998), *As Pescas em Portugal Continental – O Caso Amostra de Afurada*, Dissertação de Mestrado em Geografia, FLUP, Porto.

Silva, A. A. Baldaque da (1991), *Estado Actual das Pescas em Portugal*, Imprensa Nacional, Lisboa.

Souto, Henrique (1998), *Comunidades de Pesca Artesanal na Costa Portuguesa – Estudo Geográfico*, Dissertação de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.